



Rotas da Cidadania

Caminhos para
fortalecimento da
democracia brasileira

Confira quem participou da construção do conteúdo

Realização do conteúdo:

INSTITUTO VOTORANTIM

Ana Paula Bonimani
Bianca Beltrami
Rafael Luis Pompeia Gioielli
Thamara Coelho Pedroso

contato@institutovotorantim.org.br

INSTITUTO SIVIS

Diego Moraes
Henrique Zétola
Jamil Assis
Thaise Kemer

contato@sivis.org.br

Organização metodológica:

Márcio Vasconcelos
Peter Susehml

Organizações Participantes

Gabriel Marmentini (Politize!) Gustavo Bernardino (GIFE) Henrique Parra (Instituto Cidade Democrática) Ivanildo Terceiro (Students for Liberty) Leandro Pasini (Instituto Tellus) Luís Fernando Iozzi Beitum (Instituto Terroã) Magno Karl (Livres) Márcio Black (Fundação Tide Setúbal) Maria do Socorro Mendonça (Instituto Nossa Ilhéus) Patrícia Tavares (Datapedia) Renata Giannini (Instituto Igarapé) Túlio Malaspina (Instituto Update) Vanessa Menegueti (Instituto Governo Aberto)

Especialistas:

Bernardo Brandão, Bruna Frascolla, Eduardo Wolf, Eliane Trindade, Ewandro Schenkel, Humberto Dantas, Isabele Mitozo, Janine Bargas, José Álvaro Moisés, Manoel Galdino, Marinalva Cruz Márlon Reis, Mônica Sodrê, Nara Pavão Pedro Nascimento, Rafael Luis Pompeia Gioielli, Simone Piletti Viscarra, Sílvia Cervellini, Wilson Gomes

Redação e revisão do Texto:

NFatorial
Martim 74
Mariana Pezzo

Projeto Gráfico e Diagramação

Brief Comunicação

Um trabalho feito em parceria

Quais as características fundamentais da cultura democrática no Brasil? Quais são as oportunidades e os desafios para fortalecê-la? Essas questões inspiraram, ao longo de 2021 e 2022, uma série de encontros entre especialistas e organizações com diferentes inserções sociais e pontos de vista, em um processo de construção coletiva que resultou numa análise sobre o funcionamento da democracia brasileira e em hipóteses de alavancas cujo objetivo é colaborar para a reversão de disfunções na forma como esse sistema opera.

O conteúdo aqui sistematizado a partir dessa trajetória visa, assim, contribuir para a produção de conhecimento e reflexões acerca da democracia brasileira e para apoiar rotas que levem ao seu fortalecimento. Ele nasce no âmbito da parceria entre o Instituto Votorantim, Instituto Sivis e outras 32 organizações e especialistas.

O conteúdo aqui apresentado, faz parte do Programa Cidadania do **Instituto Votorantim** (iV), que trabalha há 20 anos para construir soluções socioambientais que gerem valor para a sociedade. Em 2018, no marco do centenário da Votorantim e de reafirmação de seu compromisso com o Brasil, iniciou, com o Programa Cidadania, sua jornada de contribuição ativa para o fortalecimento da cultura democrática brasileira, atuando em territórios priorizados da Votorantim e, também, junto às organizações que compõem o ecossistema nacional.



Para o desenvolvimento do conteúdo que resultou nesta publicação, o iV atuou em parceria com o **Instituto Sivis**, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e think-tank apartidário com a visão de trabalhar por um Brasil colaborativo, honesto e democrático. O propósito do Instituto Sivis é o de enraizar os valores democráticos no coração dos brasileiros, com foco nas pessoas e no valor intrínseco da vida humana, partindo do respeito e da consideração ao indivíduo, tanto dentro da instituição quanto na sociedade.

A organização do projeto também contou com o apoio de Márcio Vasconcelos e Peter Susemihl, que, com seu conhecimento técnico em, respectivamente, Prática Sistêmica e Facilitação, tornaram essa jornada altamente proveitosa. Junto a isso, a iniciativa não teria sido possível sem o fundamental apoio de indivíduos comprometidos com a mudança que desejamos causar na sociedade, como Bernardo Brandão, Bruna Frascolla, Eduardo Wolf, Eliane Trindade, Ewandro Schenkel, Gabriel Marmentini, Gustavo Bernardino, Henrique Parra, Humberto Dantas, Isabelle Mitozo, Ivanildo Terceiro, Janine Bargas, José Álvaro Moisés, Leandro Pasini, Luís Fernando Iozzi Beitum, Magno Karl, Manoel Galdino, Márcio Black, Maria do Socorro Mendonça, Marinalva Cruz, Márlon Reis, Mônica Sodré, Nara Pavão, Patrícia Tavares, Pedro Nascimento, Rafael Gioielli, Renata Giannini, Sílvia Cervellini, Simone Piletti Viscarra, Túlio Malaspina, Vanessa Meneguetti e Wilson Gomes. A todos e todas, nosso imenso agradecimento!

Ao longo de uma jornada de encontros, esses especialistas dialogaram sobre, essencialmente, duas grandes questões: quais são os desafios da cultura democrática brasileira? E quais são as oportunidades que a sociedade brasileira tem para fortalecer essa cultura? A seguir, trazemos uma visão abrangente das principais conclusões dessa iniciativa.

01 Introdução **6**

02 Contexto: Cidadania e democracia são indissociáveis **9**

03 A metodologia sistêmica e os desafios da democracia **13**

Como ler o mapa sistêmico **16**

04 Nove ciclos da Democracia Brasileira **17**

1. Apropriação do espaço cívico **18**
2. Os limites à consolidação da cidadania no Brasil **19**
3. As múltiplas crises da democracia brasileira **22**
4. A perenidade das práticas patrimonialistas na sociedade brasileira **23**
5. A exclusão como estratégia para a permanência no poder **25**
6. O subaproveitamento da vida comunitária **26**
7. Aspectos da desesperança com a política no Brasil **28**
8. Fragilização do diálogo democrático no Brasil **29**
9. Desafios à democracia no ambiente digital **31**

05 Caminhos para enfrentar os desafios da democracia **32**

1. Reinvenção da formação cidadã **34**
2. Entretenimento cívico **36**
3. Mais representatividade nos espaços de tomada de decisão **38**
4. Transbordamento do associativismo religioso **40**
5. Liberdade de expressão e despolarização **42**

06 Considerações Finais **44**

07 Referências **46**

08 Glossário **52**

A large, stylized number '01' is rendered in a light orange outline, positioned in the upper left quadrant of the page. The background features several overlapping, semi-transparent orange arcs of varying shades, creating a sense of depth and movement.

Introdução



Ao longo de encontros realizados em 2021 e 2022, um grupo de especialistas e organizações discutiram as **oportunidades e desafios existentes para o fortalecimento da cultura democrática brasileira**. As reflexões dos participantes foram consolidadas no documento Rotas da Cidadania – Caminhos para fortalecimento da democracia brasileira e embora não esgote a discussão, sistematiza as dinâmicas que orbitam a discussão sobre a democracia.

O compromisso com a cidadania integra os compromissos da Votorantim desde o início de sua história. Em 2018, esse compromisso levou à criação, pelo Instituto Votorantim, do Programa Cidadania, para a potencialização das ações empreendidas na temática. Os projetos voltam-se, assim, ao fortalecimento das práticas e da cultura cidadã no Brasil.

Nesse contexto, por meio da produção de conhecimento, a realização desse projeto surgiu para colaborar com o ecossistema da cultura democrática e ajudá-lo a ser mais assertivo, consistente e potente. Os resultados são frutos de uma construção coletiva, que fomentou um processo no qual diversas organizações e especialistas se encontraram para discutir e refletir sobre a democracia. O ponto de partida foi tentar compreender como está funcionando a democracia e identificar seus problemas, a partir de uma visão sistêmica, do todo, para começar a reverter possíveis disfunções na forma como esse sistema opera.

A complexidade do tema e da realidade brasileira tornaram necessária uma metodologia que abarcasse muitos aspectos.

“

Temos dois focos. Um é contribuir para que o ecossistema que atua em torno da promoção da democracia se consolide, seja mais efetivo e traga mais resultados. Trabalhamos muito nesse fortalecimento a partir de processos de inovação e de geração de conhecimento. O outro foco é a atuação em territórios, já que a Votorantim está presente em muitos municípios. Olhamos como anda a cidadania nesses lugares e fazemos intervenções mais pontuais, localizadas, mobilizando as próprias comunidades das quais fazemos parte.”

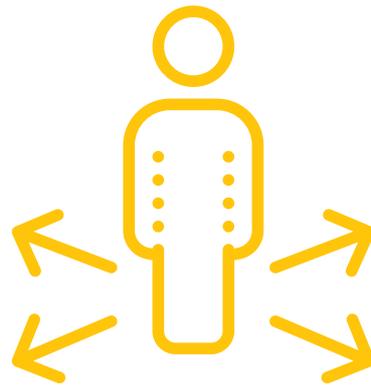
Rafael Gioielli, gerente geral do Instituto Votorantim.



“

“Falar de democracia e parar no voto é uma visão reducionista. Democracia é essencialmente uma questão social, política e cultural. Começamos a aprofundar nosso conhecimento pela metodologia sistêmica, que busca analisar as questões de uma forma holística. Não dá para entender a democracia no Brasil sem entender, por exemplo, o histórico de desigualdade, de discriminação e de preconceito.”

Thaise Kemer, gerente de pesquisas e impacto do Instituto Sivas.



O resultado desse trabalho, apresentado a seguir, sistematiza o processo realizado, sob a ótica de especialistas no tema e organizações que desenvolvem soluções práticas. Foram identificados nove ciclos que atuam de forma conjunta fortalecendo ou dificultando o exercício da cidadania e cinco alavancas que podem contribuir para o fortalecimento da democracia.



**Contexto:
Cidadania e
democracia são
indissociáveis**

Uma série de dados contextualiza o estudo realizado e corrobora a visão de que cidadania e democracia são indissociáveis e que, se uma está fraca, a outra também enfrentará dificuldades.

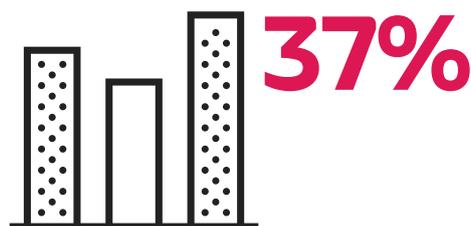
“

“Se a cidadania é esvaziada em uma sociedade, certamente a democracia fica fragilizada. São dois conceitos que se retroalimentam. É pelo livre exercício da cidadania que se fortalece a democracia. Exercer a cidadania significa se entender como parte de uma engrenagem social na qual há papéis e responsabilidades, direitos e deveres.”

Ligia Saad, coordenadora de desenvolvimento institucional do Instituto Votorantim.



No Brasil, o cenário é de uma cidadania que, infelizmente, ainda não pode ser exercida por todas as pessoas. E, de acordo com pesquisa da World Values Survey Association (WVSA), **a porcentagem de brasileiros que consideram muito bom viver sob um sistema político democrático é de apenas 37%**. É a pior percepção em comparação a Chile (42%) e Alemanha (78%), os dois que estão no estudo e possuem essa informação.¹



¹ World Values Survey Association (WVSA).

“

“A maioria das pessoas no Brasil não entende, não têm noção do que significa exercer a cidadania, do que significa democracia, e nem sentem isso nas suas vidas. Até porque muita gente está mais preocupada com a sobrevivência e não consegue dialogar com esses conceitos. Os ricos, as elites, podiam conseguir dialogar com isso, mas o problema é maior. A democracia não é valorizada e nesse ambiente, quando há um problema, por não entender o mecanismo, prefere-se jogar a democracia fora do que usá-la para resolver os problemas.”

Thaise Kemer, gerente de pesquisas e impacto do Instituto Sivis.

Para fazer o diagnóstico da saúde da democracia brasileira, foram observados índices brasileiros em retrospecto e em comparação com os de quatro países: Alemanha, Chile, Noruega e Uruguai. Também se destrinchou, sob uma ótica interdisciplinar, alguns pilares: civismo e participação política; normas e valores democráticos; e socialização e capital social.

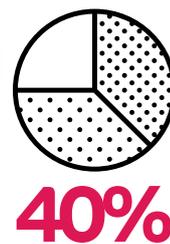
Embora a participação política no Brasil seja alta, em torno de 75%² de votos válidos para as eleições

presidenciais desde 2002, há uma diminuição na confiança e na credibilidade do Congresso. No período de 2017 a 2020, apenas 16% disseram confiar nessa instituição³. Esse desgaste também atinge os partidos, cuja fragmentação colabora para a alienação política e o ceticismo da população.

Por outro lado, mesmo registrando queda, o nível de confiança tanto nas Forças Armadas quanto nas igrejas permanece alto, 63% e 68% respectivamente, também no período de 2017 a 2020⁴.



A proporção de brasileiros que afirma não fazer diferença ser governado por um regime democrático cresceu e chegou a **40%** em 2018. Chile e Uruguai estão em patamares inferiores, com 14% e 17%, respectivamente, segundo dados mais recentes⁵. Essa indiferença não significa que todas essas pessoas têm convicção ideológica oposta à democracia, mas manifesta uma falta de preocupação com o assunto.



² Estudo de Alienação no Brasil Democrático (INSTITUTO VOTORANTIM).

³ Latin American Public Opinion Project (LAPOP).

⁴ Observatório de Élités.

⁵ Parlamentarias em América Latina (OIR-PELA), Latinobarómetro.

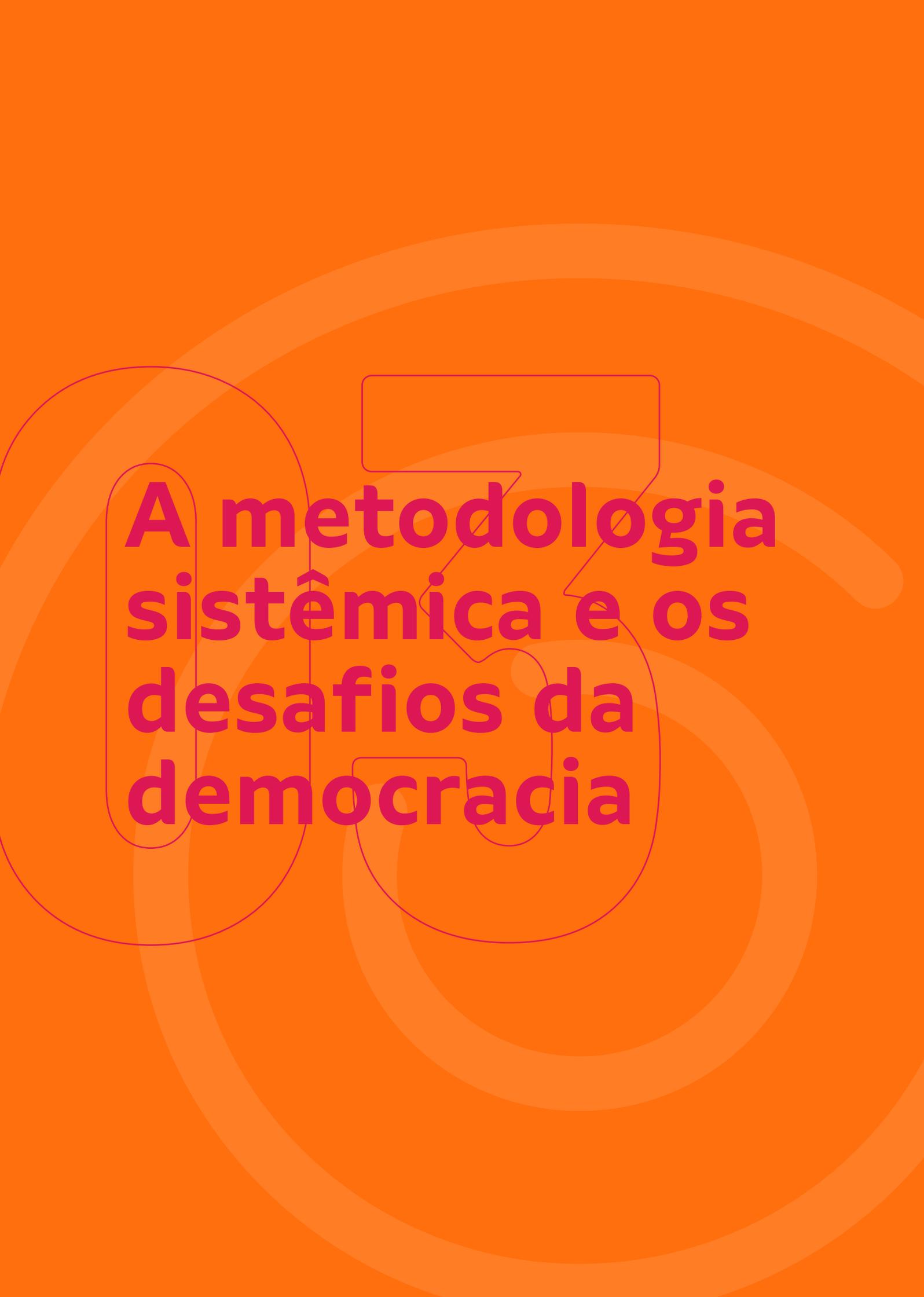


“

“A convivência com a democracia é um exercício contínuo que deve ser praticado pelo conjunto da sociedade; isso em si já torna a coisa difícil. Os 211 milhões de brasileiros, mais todas as empresas e organizações não governamentais deveriam fazer parte desse caldo que faz a defesa da democracia como valor. É um universo gigantesco de atores, que deveriam ter essa atuação, essa consciência, e, de cara, já largamos sem isso. Em um momento em que esse valor está sob ataque em todas as frentes, é preciso pensar como reconstruir laços e o propósito comum como sociedade.”

Gustavo Bernardino, gerente de programas do Gife,
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.





A metodologia sistêmica e os desafios da democracia

Para realizar esse projeto utilizou-se da metodologia sistêmica, que busca as interconexões entre diferentes campos do conhecimento, suas perspectivas e alternativas complementares para tratar de assuntos complexos, em que muitos atores estão envolvidos. O método é aplicado em várias áreas, como psicologia, administração, e até mudanças climáticas. Um diagrama, ou mapa, em que fatores não são apenas a soma, mas resultam das interações entre as partes, é um dos produtos da abordagem.

“

“Buscamos ter diversidade de vertentes políticas, sempre dentro do campo democrático, não interessa se é mais liberal ou mais social-democrata, o importante é o comprometimento com a democracia e a saúde dela.”

Rafael Gioielli, gerente geral do Instituto Votorantim.

“

“Exploramos diferentes dimensões da cultura democrática e o uso da metodologia do Mapeamento Sistêmico busca organizá-las para entendermos as relações. O Mapa busca traduzir o sentimento do nosso tempo a partir da visão dessas 32 organizações e especialistas que nos ajudaram a trazê-lo à tona. **Quando olhamos nossa cultura democrática, quais são os nossos desafios?**”

Thaise Kemer, gerente de pesquisas e impacto do Instituto Sivis.

O material aqui apresentado sintetiza mais de 80 horas de entrevistas, oficinas e grupos focais, que ocorreram em 2021 e 2022, entre participantes das diferentes instituições.

Dentre as organizações participantes que ajudaram a concretizar o projeto estão Politize!, GIFE, Livres e Fundação Tide Setúbal, dentre outras, além de intelectuais e ativistas, como Wilson Gomes, Mônica Sodrê e Nara Pavão. Para desenhar o Mapa Sistêmico, os participantes definiram um objeto comum, ou seja, todos concordaram que há necessidade de uma cultura democrática mais forte.

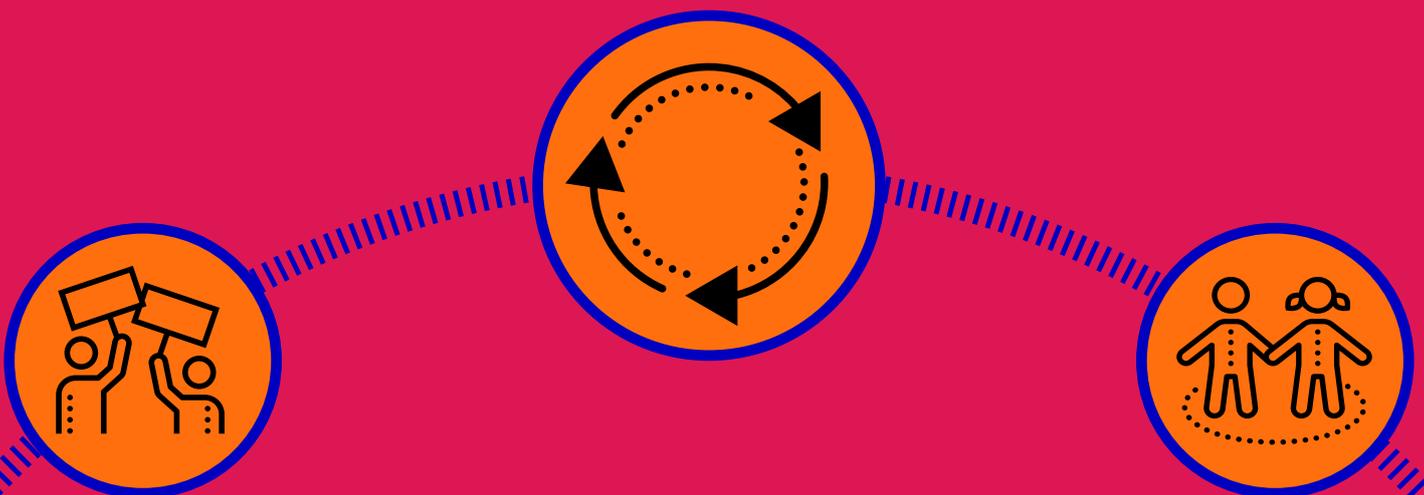


“Foi um processo de escuta. Primeiro buscamos chegar a objetivos em comum, sendo o principal ‘Queremos uma cultura democrática mais forte’. Aos poucos, fomos desenhando essa visão sistêmica, chegando às partes, perguntando o que ajuda e o que atrapalha a cultura democrática. Ajuda ter uma educação forte, atrapalha o patrimonialismo. Foi uma grande coleta de fatores positivos e negativos e, depois, puxamos relações de causalidade. Assim, desenhamos os ciclos.”

Thaise Kemer, gerente de pesquisas e impacto do Instituto Sivas.



Esta jornada de múltiplas vozes culminou em um **mapa com nove ciclos**, sendo três os principais: o primeiro é a apropriação do espaço cívico, que, ao lado dos limites à consolidação da cidadania no Brasil e das múltiplas crises da democracia no Brasil, respectivamente os ciclos dois e três, compõem a História Central do Mapa Sistêmico. São esses três ciclos que ajudam a contar os fatores fundamentais para a compressão da cultura democrática, a partir das interações realizadas no projeto.



Como ler o mapa sistêmico

Os ciclos conectam as forças que afetam positiva ou negativamente uma determinada temática. O sinal de positivo (+) indica o aumento dos fatores: se há A aumenta, B também aumenta, em um efeito cascata. Da mesma forma, o sinal negativo (-) significa diminuição no fator correspondente.

“

Com esse desenho, a gente quis ouvir o que as organizações veem de mais estrutural, mais importante. Nesse mar de informação, esse desenho quer extrair dinâmicas profundas, o que importa mais? Com esse processo de escuta, a gente deixou as coisas emergirem. Apesar de muitas coisas negativas, de problemas, há pontos fortes.”

Thaise Kemer, gerente de pesquisas e impacto de Instituto Sivis.

“

A cultura se transforma, não se trata de algo que não se possa superar.”

Ligia Saad, coordenadora de desenvolvimento institucional do Instituto Votorantim.

Acesse o mapa



- História central
- Políticas Públicas e Estado de Direito
- Engajamento cívico
- Patrimonialismo e outras crises
- Alguns desafios à democracia na era digital
- Exclusão sócio-econômica
- Liberdade de expressão, imprensa e informação

A large, stylized graphic of the number '94' in a light orange color, serving as a background for the title. The '9' is formed by a large circle on the left and a vertical oval on the right. The '4' is formed by a vertical bar on the left, a horizontal bar at the top, and a vertical bar on the right.

Nove ciclos da Democracia Brasileira

1. Apropriação do espaço cívico

Está é uma questão que remonta à formação do País e, ao lado dos ciclos dois e três, compõe a História Central do Mapa Sistemico. Trata-se da captura do Estado por quem está no poder e por interesses privados, ou seja, o uso da máquina pública para fins que não sejam o bem comum e o interesse da coletividade. Esse processo passa pela concentração de poder político e econômico nas mãos de poucos grupos ou indivíduos, levando à desconfiança das instituições democráticas, como o Congresso ou os partidos políticos.

A tomada do espaço cívico para a defesa de interesses particulares e alheios ao bem comum afeta o adequado funcionamento das instituições democráticas.



Espaço cívico é o conjunto de condições jurídicas, políticas, institucionais e práticas necessárias para que atores não-governamentais tenham acesso à informação, se expressem, se associem, se organizem e participem da vida pública⁶. Um olhar para a história e o contexto atual da democracia brasileira revela que a apropriação do espaço cívico por interesses privados ocorreu, e ainda ocorre, em diferentes momentos de nossa vida política.

Quando há esta apropriação, com uso das instituições para a busca de vantagens privadas, vemos também a exclusão de vozes do jogo democrático e situações em que apenas poucas pessoas próximas dos centros de poder têm suas demandas ouvidas e atendidas pela estrutura estatal. Isto, junto a outras barreiras ao acesso ao exercício democrático, favorece que cidadãos e cidadãs não se sintam atores da vida pública.

Estes são fatores que prejudicam o processo de consolidação das instituições democráticas. Eventuais reformas institucionais e políticas em muitos casos, neste contexto, não servem à busca de interesses comuns, mas sim justamente a interesses particulares. Todo este ciclo compromete a eficácia das instituições democráticas nacionais e favorece o aumento do descrédito da população em relação a essas instituições.



Essa dinâmica nos leva ao ciclo 2 desta jornada, no qual estão em foco “Os limites à consolidação da cidadania no Brasil”.



⁶ Definição do Observatório do Espaço Cívico da OCDE, conforme <https://www.oecd.org/gov/open-government/brochura-espaco-civico-brazil-pt.pdf>.



2. Os limites à consolidação da cidadania no Brasil

Os entraves que prejudicam a plena cidadania estão ligados à apropriação do espaço cívico, por meio do mau funcionamento das instituições democráticas, quando elas se desvirtuam de sua finalidade: defender o bem comum e o interesse de todos. Como consequência, há a dificuldade do enraizamento dos valores democráticos entre os cidadãos, que deixam de se enxergar como agentes de sua própria cidadania e passam a se sentir como meros espectadores dos acontecimentos da vida pública.

Com a captura do espaço cívico descrita no ciclo 1, as instituições democráticas passam a funcionar de forma inadequada em relação à sua finalidade principal: atender aos interesses coletivos da sociedade brasileira.

Sem abordagem plena e propositiva de questões relacionadas à cidadania e à cultura democrática, é dificultada a difusão e a incorporação de conhecimentos e práticas de democracia nas escolas e outros espaços sociais, e forma-se um ambiente pouco propício à cultura democrática, em que pouco se fomenta comportamentos e valores básicos como tolerância, solidariedade, diversidade e diálogo.



Quando a cidadania está institucionalizada, no âmbito estatal, por atores que utilizam o espaço cívico para a defesa de interesses alheios ao bem comum, é delineado um cenário de baixa consolidação da cidadania. Esse cenário pode, por sua vez, ser retroalimentado pela pouca disposição desses atores para a ação voltada ao fortalecimento dos valores democráticos.

A democracia vai, então, se tornando um conceito cada vez mais vago e distante do cotidiano. O sentimento é de crescente desconexão entre a população e a política. Na prática, essa desconexão

significa que, para muitas pessoas, a política parece um mundo muito distante de suas realidades diárias, incapaz de dar respostas adequadas aos desafios sociais que permeiam a sociedade brasileira.

A desconexão com a política dificulta a plena vivência da democracia, pois torna-se muito difícil viver normas e valores democráticos em uma sociedade em que parcelas expressivas da população não se sentem contempladas por esse regime. **Este descompasso é apresentado no ciclo 3, sobre as “As múltiplas crises da democracia brasileira”.**

3. As múltiplas crises da democracia brasileira

Os problemas da nossa sociedade se transformam em crises que se retroalimentam, já que os mecanismos democráticos passam ao largo da solução deles. Sem uma cidadania plena, é natural que haja um afastamento das pessoas do exercício da democracia. A insatisfação com as instituições democráticas, muitas vezes pelo desconhecimento das mesmas, deixa a população ainda menos engajada e confiante no sistema. Em resumo, a constante desvalorização das regras do jogo democrático em nossa vida social e política dificulta o enfrentamento dos desafios da sociedade brasileira.

Os limites existentes para a consolidação de uma cidadania plena no Brasil geram consequências para a democracia, ao afastarem os cidadãos do seu exercício, favorecendo, assim, tanto o desconhecimento quanto a insatisfação da população com as instituições.



Ao ser afastada dos processos democráticos, a população passa a questionar a validade das instituições, pois não entende como elas funcionam, o que leva ao seu subaproveitamento para o enfrentamento dos desafios – sociais, políticos e econômicos – da sociedade brasileira.

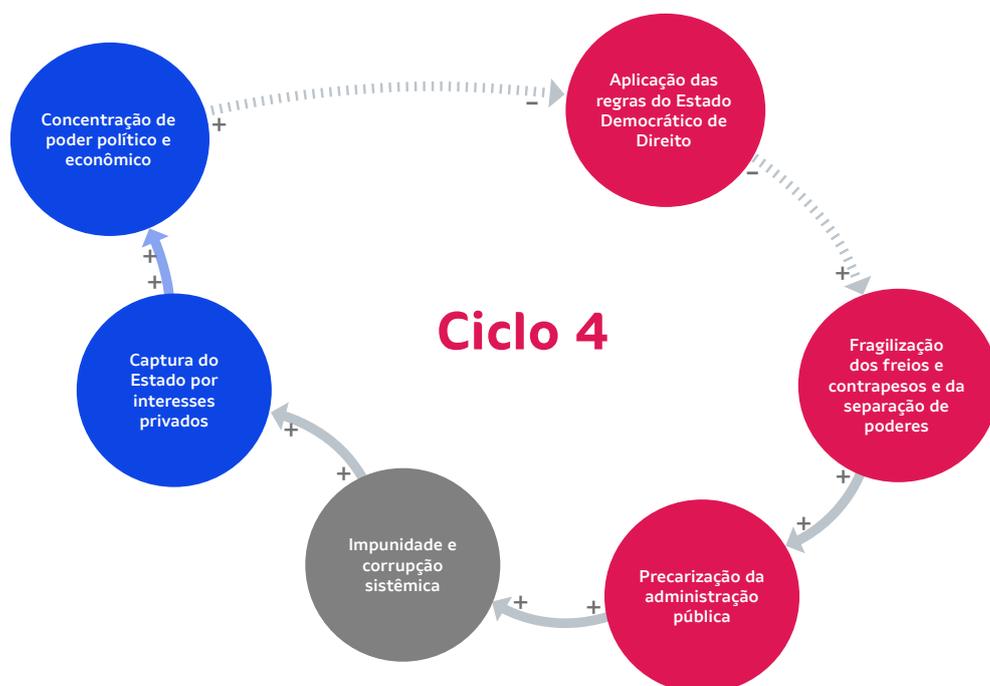
Assim, quando surgem crises de qualquer natureza no País, os danos acabam sendo maiores do que se mecanismos democráticos de endereçamento dos problemas coletivos fossem plenamente utilizados. Há

aprofundamento das crises existentes, o que leva a um ambiente de crescente desconfiança e descrédito das instituições democráticas e assim, como já visto, a dificuldades na consolidação da democracia.

Com suas bases enfraquecidas, a democracia brasileira torna-se vulnerável a práticas contrárias ao interesse coletivo, processo já tratado no primeiro ciclo e que será aprofundado **no Ciclo 4, a seguir, sobre "A perenidade das práticas patrimonialistas na sociedade brasileira.**

4. A perenidade das práticas patrimonialistas na sociedade brasileira

Patrimonialismo é a falta de limites entre o público e o privado, quando, por exemplo, um político faz uso pessoal da administração e do patrimônio público. Cria-se, assim, um ambiente de permissividade em relação a práticas de corrupção, com reflexos em todos os níveis da sociedade. Esse ciclo se relaciona diretamente com a apropriação do espaço cívico. Ao lado do clientelismo, o patrimonialismo permanece como parte da nossa realidade, impactando na aplicação das regras do Estado Democrático de Direito e precarizando a administração pública.



Patrimonialismo e clientelismo são conceitos clássicos da história brasileira. Em linhas gerais, o patrimonialismo é a forma como se organiza o poder, em torno de poucos grupos tradicionais com grande patrimônio, e o clientelismo sua faceta política, o modo como esses poderosos se relacionam com quem vota, trocando favores com uma “clientela”.

Estas são práticas que experimentam um contínuo processo de atualização. Como já vimos, na realidade atual do Brasil segue sendo comum a deturpação de regras do jogo democrático para o atendimento de interesses particulares, em detrimento do interesse coletivo.

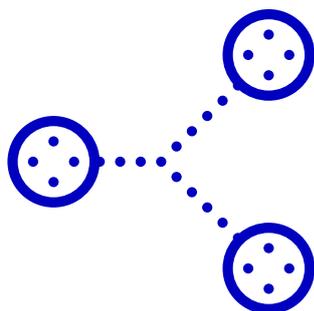
Esse contexto gera um processo de crescente concentração de poder político e econômico. A população brasileira, que deveria ser o centro das atenções dos processos democráticos, encontra barreiras à possibilidade de participação nesses processos, o que compromete a aplicação das regras do chamado Estado Democrático de Direito nas decisões governamentais e políticas públicas.

Um primeiro resultado dessa aplicação falha das regras democráticas é um estremecimento das relações entre os Três Poderes da nação, quando são fragilizados os mecanismos de freios e contrapesos, ou seja, de controle de um poder pelos outros dois, para que não haja abusos no exercício do poder por qualquer um

deles – Executivo, Legislativo e Judiciário. Com isto, estes passam a se chocar e a invadir os domínios uns dos outros.

Debilita-se, assim, a administração pública, favorecendo a instalação de um ambiente de impunidade perante o mal uso dos recursos públicos e de corrupção sistêmica. Este contexto se torna, então, mais um ingrediente a fomentar a captura do Estado por interesses alheios ao bem comum.

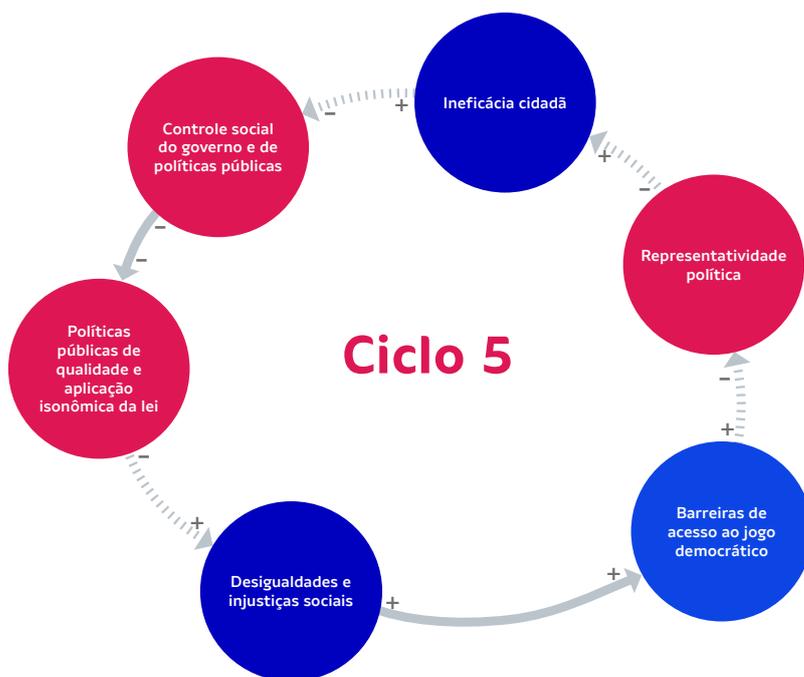
Em decorrência dessas dinâmicas, a população sofre males que vão do aumento de desigualdades à falta de representação, o que nos leva ao ciclo 5, “A exclusão social e política como estratégia para a permanência no poder”.



5. A exclusão como estratégia para a permanência no poder

Em larga medida, essa exclusão interessa aos grupos que buscam a permanência no poder: quem “chega lá” raramente manifesta o desejo de deixá-lo. Há uma dinâmica viciosa que impede a chegada de novos grupos. Dessa forma, reforça-se o senso de ineficácia da população, que sente que não há meios de mudar a sua realidade pela política. Isso gera um desgaste ao ponto de os cidadãos deixarem de cobrar a transparência e o controle social de políticas públicas.

A exclusão social e política no nosso país não é apenas circunstancial, ou seja, não é algo pontual ou passageiro, mas um mecanismo relacionado à manutenção do poder de alguns grupos, sobre o qual nos debruçamos nos ciclos anteriores. Uma constatação preocupante é que, para grupos que chegam ao poder, não parece relevante facilitar a aproximação de outros segmentos, favorecendo assim a representatividade e o pluralismo nos espaços de tomada de decisão.



Essa dinâmica viciosa fortalece o sentimento de ineficácia das instituições democráticas, fazendo os cidadãos acreditarem que não podem mudar a sua realidade por meio da participação nas instituições e no processo democrático institucionalizado. Com isso, tendem a desdenhar de seu papel na sociedade, acreditando não serem capazes ou competentes e, de outro lado, que os políticos e a política como um todo têm pouco impacto significativo na sua vida cotidiana. Deixam, assim, de cobrar transparência e a possibilidade de acompanhamento e cobrança no que diz respeito às políticas públicas. Isto prejudica a qualidade e a aplicação dessas políticas, o que, por sua vez, contribui para perpetuar a desigualdade, a discriminação e outras violências sociais.

Uma vida comunitária mais bem aproveitada poderia facilitar o caminho contrário à tendência apresentada neste ciclo, como podemos ver no ciclo 6, sobre “O subaproveitamento da vida comunitária”.

6. O subaproveitamento da vida comunitária

A convivência com vizinhos, colegas de trabalho e parceiros em associações são exemplos de vida comunitária. Por meio dessas relações é possível aprender muito sobre cultura democrática e cidadania, conceitos que, muitas vezes, necessitam dessa prática. Porém, no atual contexto do País, a vida comunitária é pouco incentivada e dela pouco se aproveita. Em esferas mais organizadas, a articulação também não existe, emperrando o exercício de direitos e as melhorias das regras da democracia. Historicamente um ambiente de enorme relevância para o associativismo no Brasil, os sindicatos veem o número de membros ativos em uma queda constante, ao longo dos anos; hoje, este nível se encontra abaixo de 4%, de acordo com o WWSA.





A vida em comunidade é lugar privilegiado para a prática da cidadania e da cultura democrática.

A vida no nosso bairro, no ambiente de trabalho, nas associações das quais fazemos parte, é oportunidade ímpar para vivenciarmos a importância das normas e valores democráticos para a convivência em sociedade. Por isso, estes são espaços que poderiam servir como verdadeiras escolas para a prática da cidadania. Afinal de contas, mais do que um conceito abstrato, a cidadania envolve uma dimensão prática fundamental. Em outras palavras, muito do que se pode aprender sobre o que é ser cidadão se aprende nas experiências práticas e no exercício cotidiano da cidadania.

Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, vimos diversos casos de cooperação comunitária para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, valores democráticos como o respeito ao próximo, o diálogo e a solidariedade social, dentre tantos outros, estiveram presentes. Estes são

exemplos do exercício de valores democráticos no nível local, que demonstram a importância do protagonismo cidadão para atingir fins comuns.

É comum, como visto nos ciclos anteriores, que a democracia e o exercício de valores democráticos sejam sentidos como fenômenos distantes da realidade diária das pessoas, ensejando a também já comentada desconexão entre cidadãos e política.

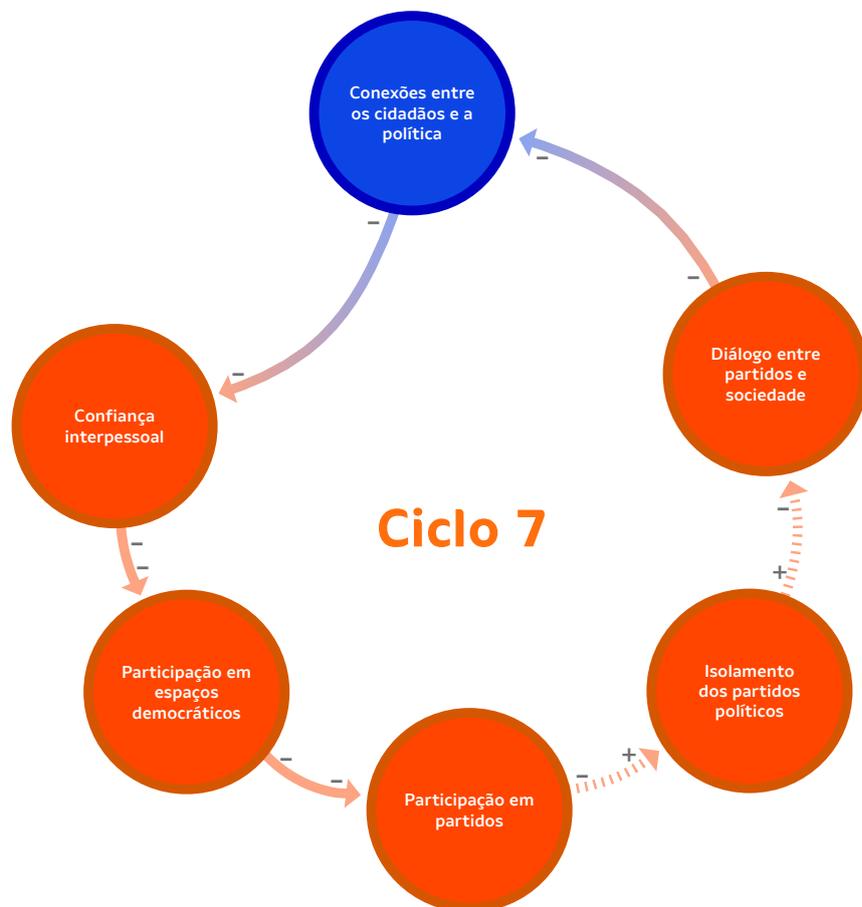
Com isso, ainda que a solidariedade e a cooperação social constituam oportunidades fundamentais para o exercício de valores democráticos, na prática essas oportunidades são pouco aproveitadas. **Essa dinâmica contribui também para um déficit de colaboração entre movimentos, organizações e instituições públicas no Brasil, o que também dificulta um ambiente mais propício à cultura democrática e a superação daquilo que é detalhado no ciclo 7, “Aspectos da desesperança com a política no Brasil”.**

7. Aspectos da desesperança com a política no Brasil

Os baixos níveis de confiança interpessoal identificados no País são um obstáculo para o estabelecimento de relações sociais: apenas 6% dos brasileiros disseram acreditar que a maioria das pessoas é confiável, segundo o WWSA. Essa confiança é fundamental para a convivência nos espaços democráticos, como os partidos políticos, que deveriam ser os canais por excelência de conexão entre os cidadãos e as esferas mais formais de participação no regime democrático.

A medida em que há um afastamento entre os cidadãos e os processos democráticos, fomenta-se um sentimento de crescente desesperança com a vida política nacional.

O problema está relacionado com os baixos níveis de confiança interpessoal no nosso país. A desconfiança gera obstáculos ao estabelecimento das relações sociais que são fundamentais para a utilização dos espaços



democráticos. Entre esses espaços estão os partidos políticos, que, com menos cidadãos desejosos de fazer parte de seus quadros, tendem a se isolar da vivência e das demandas da maior parte da sociedade brasileira.

A falta de diálogo entre os partidos e a sociedade fomenta a crise, uma situação aparentemente incontornável, na qual muitos desistem e aceitam que as coisas são "assim mesmo". É preocupante, por exemplo, que recorrentes episódios de corrupção levem à percepção de que não é possível combatê-la, de que todos os políticos são

necessariamente corruptos e os brasileiros oportunistas, e que as negociações políticas – fundamentais para o enfrentamento coletivo de desafios comuns – são, na realidade, sinônimo de "negociatas políticas", imiscuídas desta corrupção.

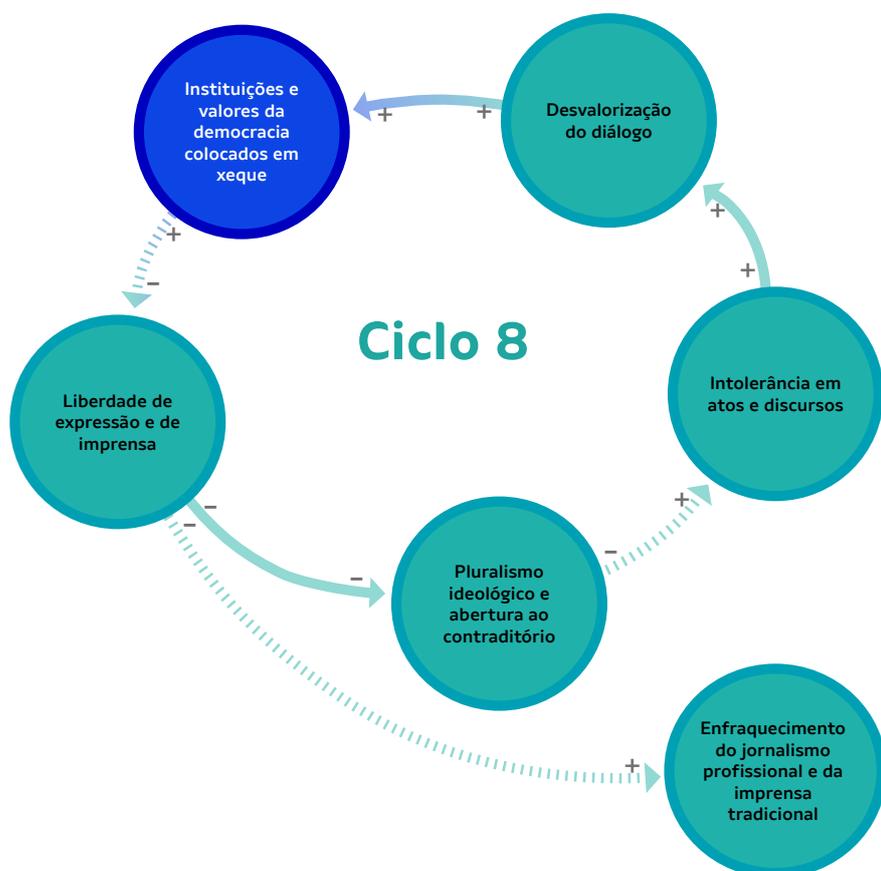
Os partidos políticos, que são instrumentos importantes para a representatividade, para a conexão entre os cidadãos e as esferas mais formais de participação no regime democrático, ao se isolarem, retroalimentam esse ciclo de desesperança. **E assim chegamos ao ciclo 8, de "Fragilização do diálogo democrático no Brasil".**

8. Fragilização do diálogo democrático no Brasil

Abertura à pluralidade de ideias e à discordância entre as pessoas são prerrogativas do sistema democrático. Ao desvalorizar a liberdade de expressão, do diálogo e da imprensa, cria-se um ambiente de intolerância. Infelizmente, este parece ser o fenômeno em andamento no País. Dados do WWSA, referentes a 2017-2020, mostram que apenas 7% dos brasileiros atribuem importância primordial à proteção da liberdade de expressão. Ainda segundo a mesma pesquisa, cerca de 50% dos cidadãos no Brasil acreditam que a proteção da liberdade das pessoas contra a opressão seja fundamental para a democracia.



Uma das principais características do regime democrático é a abertura à pluralidade de ideias e à discordância entre as pessoas. Quando se exige que todos pensem da mesma forma, não há espaço para o exercício pleno da democracia.





A desvalorização da liberdade de expressão, do diálogo e da liberdade de imprensa pode, facilmente, levar um povo a cair em um ambiente de intolerância, criando obstáculos para o exercício básico dos direitos e deveres de cidadania. No nosso contexto político atual, infelizmente causa apreensão a possibilidade de surgimento de uma sociedade em que importa mais calar e humilhar o outro do que procurar entendê-lo.

Quando são desvalorizados os múltiplos pontos de vista de cada pessoa e se fecham as portas ao contraditório, a democracia recebe um duro golpe em seus valores, ao ver enfraquecida a sua capacidade de lidar com todas essas opiniões e extrair delas o melhor para o crescimento do País. Nesse cenário, perde-se o espaço para o diálogo entre ideias plurais.

Em um ambiente que favorece que cada pessoa, com sua visão de mundo, crie muros que a separa dos diferentes e, sobretudo, dos divergentes, é fácil chegar a um campo de batalha ideológica no qual predomina o jogo de soma zero: para eu ganhar, o outro precisa perder.

É necessária, assim, toda atenção ao aumento da intolerância e à falta de pluralidade de ideias no campo político, pois são, inclusive, um terreno fértil para outro problema contemporâneo, que está presente no ambiente digital. **O último ciclo desta jornada, o ciclo 9, “Desafios à democracia no ambiente digital”, apresenta justamente reflexões sobre questões fundamentais relacionadas à compreensão da tecnologia como uma forma de expansão da possibilidade de as pessoas participarem da vida pública e de processos de debate e tomada de decisão.**

9. Desafios à democracia no ambiente digital



A despeito de suas vantagens, o meio digital nem sempre é utilizado de forma democrática. Intolerância e extremismo se tornaram uma estratégia central para a mobilização de bases por muitos atores políticos. Aliados ao modelo de negócios das principais Big Techs, que buscam lucratividade, o ódio e a discórdia nas redes sociais se tornaram correntes, com ataques a desafetos e adversários políticos se sobrepondo à construção de soluções para desafios coletivos.

O ambiente digital pode ser um grande aliado ou um poderoso inimigo da cultura democrática.

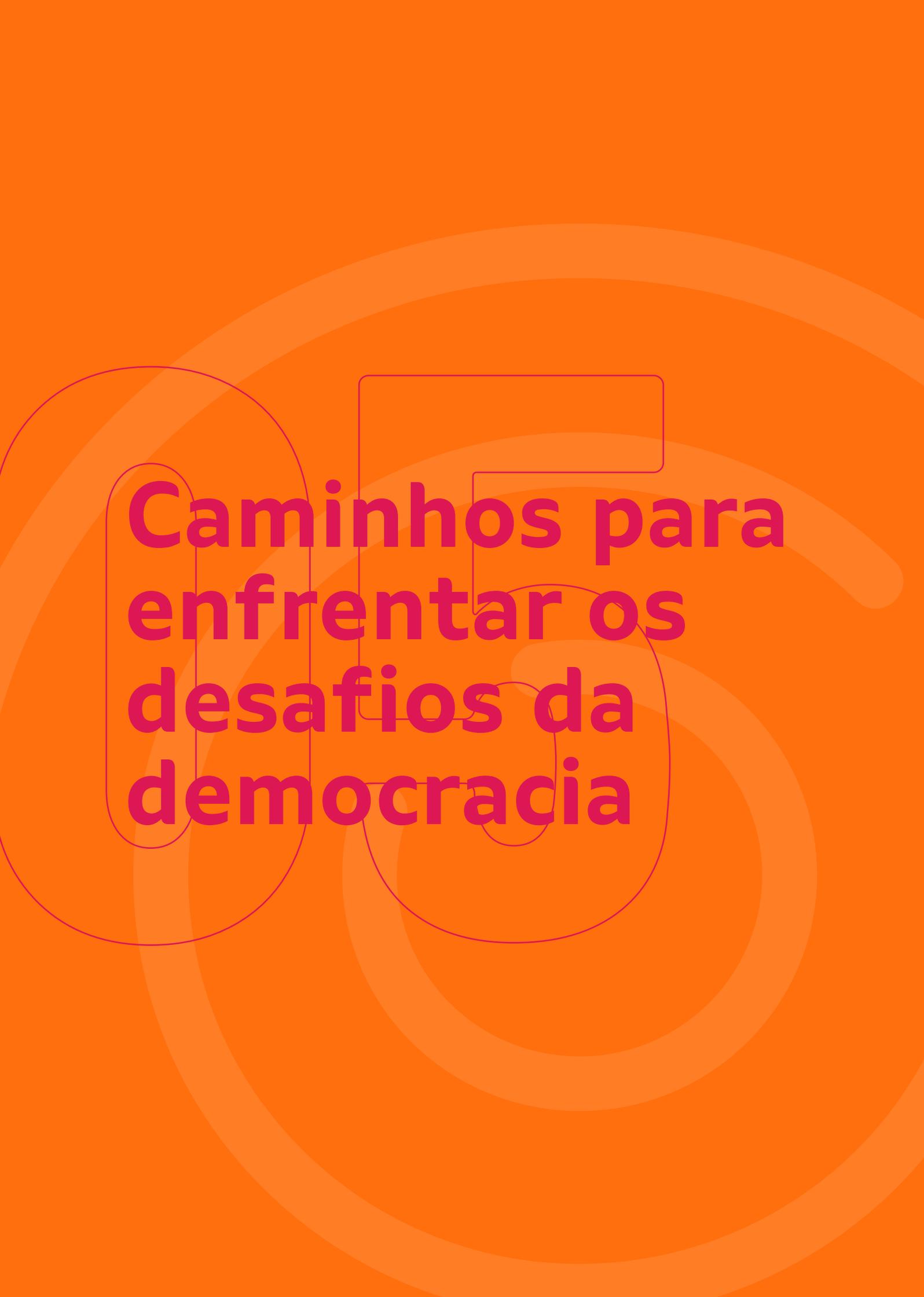
Vivemos em uma época em que os ambientes digitais significam inúmeras possibilidades, na utilização para fins educacionais, econômicos e sociais, dentre tantos outros. As tecnologias digitais são um instrumento que pode ser utilizado para fortalecer ideias, com base em valores democráticos ou distantes deles.

A revolução proporcionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação permite, por exemplo, mecanismos de transparência e possibilidades de acesso mais igualitário a serviços, bem como a processos de tomada de decisão, no chamado governo eletrônico. Mas também pode ser cenário para intolerância, produção de conteúdo radical e desinformativo,

amplamente distribuído nas plataformas digitais, e que pode gerar engajamento muito maior com diferentes narrativas e diferentes níveis de informação e desinformação.

Observar e qualificar a discussão de novos fenômenos decorrentes deste ambiente tornou-se uma variável nova para a discussão democrática.





Caminhos para enfrentar os desafios da democracia

O processo da metodologia sistêmica passa também por identificar caminhos mais promissores para enfrentar o problema em questão. Assim, a partir da análise dos 9 ciclos organizados, identificou-se oportunidades com maiores chances de promover mudanças estruturais, ou sistêmicas, chamadas de “Hipóteses de Alavancas”.

“

“Tudo o que foi pensado como alavanca não pode prescindir de alianças, elas não estão dissociadas, elas se retroalimentam e se reforçam.

Necessariamente, vamos ter que atuar em parceria. A ideia de trabalhar nesse mapeamento foi entender as oportunidades nas quais a gente pode atuar e ser efetivo. Temos essa preocupação, gerar impacto positivo, e institucionalmente estamos sempre preocupados com a efetividade.”

Lígia Saad, coordenadora de desenvolvimento institucional do Instituto Votorantim.

Foram selecionadas Hipóteses de Alavancas para rodadas de debates mais aprofundados sobre viabilidade e potencial de impacto nos nove ciclos do mapa: reinvenção da formação cidadã; entretenimento cívico; mais representatividade nos espaços de tomada de decisão; transbordamento do associativismo religioso; e liberdade de expressão e despolarização. Essas alavancas têm como objetivo atingir os ciclos relacionados dentro do Mapa Sistêmico, que são os limites à consolidação da cidadania; as múltiplas crises da democracia brasileira; os aspectos da desesperança com a política; o subaproveitamento da vida comunitária; e a fragilização do diálogo democrático.

Vale mencionar que há inúmeras possibilidades e caminhos a serem percorridos e as alavancas aqui demonstradas não se esgotam e não são limitadoras. No entanto, **o objetivo foi de dar luz a alguns temas que podem impulsionar e fortalecer a democracia, além de gerar reflexões para que muitos atores da sociedade civil possam se engajar mais ainda no tema.**



1. Reinvenção da formação cidadã

O ceticismo e a desvalorização da democracia, identificados como limites à consolidação do tema no Brasil, são representados nos ciclos do mapeamento sistêmico e manifestam-se de forma especialmente preocupante na população jovem, como evidência, por exemplo, estudo do Instituto Votorantim sobre alienação eleitoral no Brasil que indicou índices mais elevados justamente entre esses eleitores. Além disso, nos projetos de Cidadania Ativa que o iV desenvolve desde 2020 com foco no público de 16 a 29 anos, das cinco dimensões de cidadania

trabalhadas, as competências menos desenvolvidas estão conectadas justamente ao conhecimento político e à cooperação social.

Assim, à luz do perfil da juventude brasileira atual, dos desafios apresentados e do surgimento de novas tecnologias e formas de interação, uma oportunidade promissora é reinventar a formação cidadã.

É preciso repensar metodologias e conteúdos educativos. Também é preciso abrir outras possibilidades de exercício da cidadania, como participação



local, deliberação, além do incentivo à interação online responsável e ao consumo mais saudável de informações. Em resumo, a ideia é dar meios para aprimorar a formação cidadã dos jovens, dentro do contexto atual de alto uso de mídias sociais e presença on-line constante.

Neste sentido, o Politize!, entidade da sociedade civil que trabalha com educação política em diferentes frentes e participou da construção deste conteúdo, já atua na prática em diferentes projetos de formação, um deles focado nas escolas.

“

“O resultado só reforça a necessidade de a política existir. Tudo o que a gente já faz de alguma forma está mapeado nos ciclos que foram desenhados. Em maior ou menor grau, a gente incide nessas questões. Vimos na reforma do ensino médio uma janela de oportunidade para fazer acordos de cooperação com secretarias estaduais de educação e oferecer algumas soluções. Basicamente, a gente criou um currículo de 900 horas para tratar de cidadania política e engajamento cívico dentro da sala de aula. Para o Politize! foi ótimo, saímos com um sorriso no rosto, temos mais um argumento teórico provando a necessidade de a gente existir. Espero que isso dê mais força para nossa causa e para os colegas que estavam lá conosco.”

Gabriel Marmentini, diretor executivo do Politize!



Se há desafios, também temos oportunidades importantes relativas à população jovem. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) conta com ao menos duas competências – Responsabilidade e Cidadania

e Empatia e Cooperação – que favorecem a inserção da temática no currículo escolar. Além disso, o uso massivo da Internet pela juventude em sua vida particular e sua abertura à inovação levam ao entendimento de que o desenvolvimento de conteúdos e campanhas multimídia neste ambiente

possa ser bastante positivo. Outros caminhos especialmente relevantes neste momento histórico são o investimento na educação midiática (e no combate às fake news) e, muito especialmente, em processos formativos que olhem para além do voto, focando valores e comportamentos.





2. Entretenimento cívico

Grandes meios de comunicação – como os maiores canais televisivos, produções cinematográficas e outras linguagens próprias do entretenimento voltado a públicos numerosos – podem ser empregados na promoção dos benefícios da democracia e de seus valores. Em vez de isolar as pessoas em casa com seus aparelhos televisores, tablets e smartphones, o entretenimento pode ser aproveitado para favorecer debates racionais na esfera pública e, também, multiplicar oportunidades de exposição a esses benefícios, em linguagem acessível, e não apenas no momento de eleições.

“

Da questão mais formal à prática cotidiana, a educação cívica é um tema que transborda para outros. Quando falamos de entretenimento cívico é como tornar essa temática mais atraente, mais bacana. A cidadania não tem que estar só na aula de educação moral e cívica; então, como ela invade outros espaços? Ela tem que estar no videogame, no meme, no vídeo do YouTube. É aí que estamos formando as pessoas, e o que costuma circular mais afasta do que aproxima as pessoas do mundo da política.”

Rafael Gioielli, gerente geral do Instituto Votorantim.



A imagem dos políticos, muitas vezes atrelada a denúncias de corrupção nos telejornais, colabora para o afastamento da democracia. Essa alavanca propõe uma inovação, já que a representação ficcional da política – não só com seus problemas, mas também com as suas qualidades intrínsecas – pode ajudar a colocá-la em seu lugar de importância, contribuir para a sua valorização, para a adesão ao regime e aos seus princípios.

A proposta é **utilizar audiências já mobilizadas e linguagem aderente à população brasileira, em espaços de visibilidade da produção cultural, buscando a construção de possíveis momentos democráticos nos meios de comunicação de massa,** promovendo abertura da mídia às temáticas em foco e, assim, exposição de parcelas da população tradicionalmente distantes de produtos culturais que enfatizem as virtudes da democracia.





3. Mais representatividade nos espaços de tomada de decisão

O estudo concluiu que a desesperança com a política no Brasil está relacionada com a percepção de que há uma desconexão dos partidos em relação às necessidades e anseios da população.

As profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira prejudicam a representatividade e, assim, a participação política de diferentes grupos marginalizados e vulneráveis no nosso país. Sendo assim, considerou-se importante revitalizar o sistema de representação política por meio de uma reforma partidária, de forma a alcançarmos um sistema político-partidário brasileiro mais representativo e responsivo às demandas da população, com consequente aumento da legitimidade democrática e da confiança institucional entre os brasileiros e aumento de políticas públicas que observem interesses coletivos e de bem-estar da sociedade.

“

“O sistema político hoje não responde às demandas da população. A cidadania não é um status jurídico, também não é apenas um status político. A cidadania é uma prática, um exercício de direito. No Brasil, é impossível não relacionar a democracia à desigualdade racial.”

Márcio Black, sociólogo e coordenador do Programa de Democracia e Cidadania Ativa da Fundação Tide Setubal.



“

Sobre qual democracia estamos falando? Estamos falando de uma democracia que acha normal 50 mil jovens negros morrerem vítimas de violência por ano. É uma democracia que convive muito bem com milhares de pessoas em situação de rua. É uma democracia na qual há uma certa tranquilidade com o fato de que, enquanto o feminicídio de mulheres brancas cai, o de mulheres negras cresce.”

Márcio Black, sociólogo e coordenador do Programa de Democracia e Cidadania Ativa da Fundação Tide Setubal.

Espera-se que, ao buscar um sistema político-partidário mais representativo e que traga mais respostas aos cidadãos, haja um aumento da legitimidade democrática e da confiança institucional, reduzindo a captura do Estado por interesses escusos. Algumas alternativas esboçadas para tanto são fortalecer possibilidades de debate sobre reforma partidária, atuando inclusive em parceria com grupos minoritários e marginalizados em questões relacionadas a inclusão e representação dessas minorias.





4. Transbordamento do associativismo religioso

Esta hipótese de alavanca explora o potencial de lideranças de associações religiosas para a disseminação de valores democráticos junto à população brasileira. Essas instituições constituem forma de associação amplamente presente no nosso país, já que, segundo a World Values Survey, no período 2017-2020, cerca de 44% dos brasileiros se disseram membros ativos de alguma igreja. Estes são, assim, espaços de interação e cooperação que podem ser empregados para reversão de baixos níveis de participação e associação em outros contextos que se refletem-se na fragilidade dos valores comunitários, algo fundamental para a cidadania e a sua prática.

“

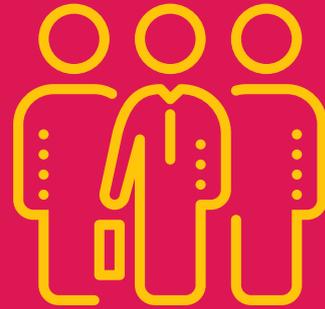
Se as pessoas estão se desengajando, em parte, é porque elas não estão se reconhecendo, a representatividade dentro da política precisa ser trabalhada, assim como a questão das associações religiosas, da cidadania e da democracia, que tem uma potência que pode ser melhorada. Hoje o brasileiro participa muito pouco de associações, não há esse espírito de grupo, de coletivo. E onde ele se manifesta de maneira mais forte é nas associações religiosas. Há um potencial enorme para o exercício da cidadania, da coletividade. Não pela religiosidade, mas para se organizarem em torno de um coletivo.”

Rafael Gioielli, gerente geral do Instituto Votorantim.



“O poder concentrado na mão de poucas pessoas, que talvez não tenham interesses tão republicanos, é um risco. Agora, não podemos descartar a possibilidade de uma agenda positiva, de ser uma oportunidade para fortalecer a cidadania.”

Rafael Gioielli, gerente geral do Instituto Votorantim.



Eventuais riscos envolvidos nesta estratégia, como, por exemplo, concentração de poder em pessoas não comprometidas com interesses republicanos, não devem levar ao descarte de caminhos como, por exemplo, o diálogo e a parceria com lideranças religiosas para que promovam a difusão de valores comunitários junto às suas bases; o mapeamento de iniciativas em andamento para identificação de boas práticas e multiplicação dessas experiências, dentre outras possibilidades.

Um exemplo dessa hipótese de alavanca foi desenvolvido no contexto do projeto Faith in/and Democracy, promovido pela organização Democracy Fund, nos Estados Unidos, que engajou e empoderou dezenas de lideranças religiosas nas temáticas de construção de pontes de relacionamento, superação da polarização e promoção do pluralismo.



5. Liberdade de expressão e despolarização

A quinta hipótese de alavanca selecionada diz respeito à promoção de inovações institucionais que apoiem a liberdade de expressão e, concomitantemente, contribuam para a diminuição da polarização tóxica no Brasil, que tanto dificulta o fortalecimento da cultura democrática. Neste sentido, diante de uma crise de desconfiança e liderança, como aponta a edição mais recente do Edelman Trust Barometer, ONGs e empresas têm oportunidade de emergir como força estabilizadora crítica.

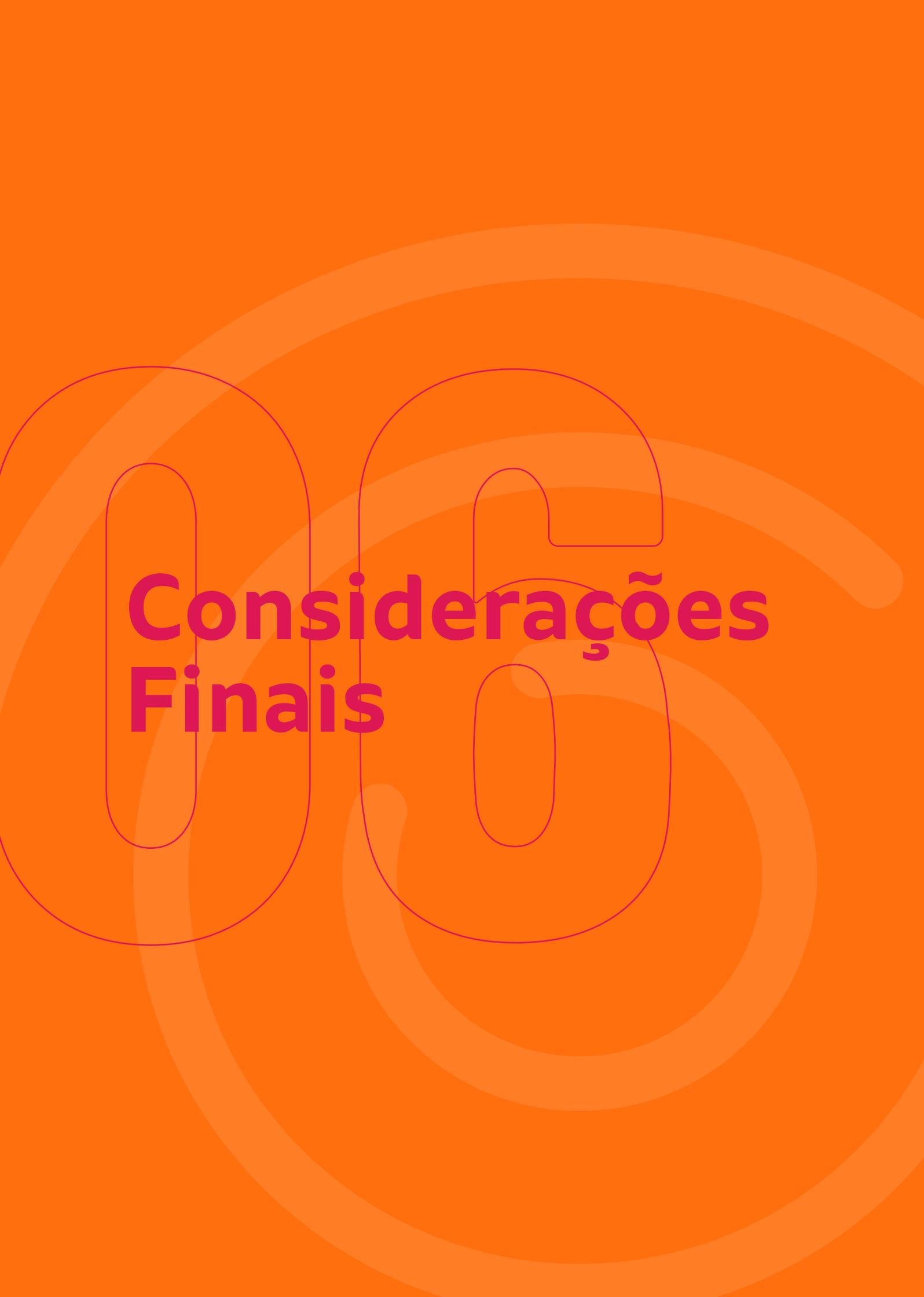
“

A liberdade de expressão foi muito comentada ao longo do estudo. É um conceito muitíssimo apreciado, mas hoje a gente entende que ela precisa ser exercida com responsabilidade. Discurso de ódio não é liberdade de expressão; quando eu anulo o outro, quando aniquilo a contribuição do outro, não estou exercendo a liberdade de expressão, estou sendo intolerante. Há o paradoxo da tolerância: não podemos ser tolerantes com os intolerantes, do contrário a gente ameaça a democracia”.

Lígia Saad, coordenadora de desenvolvimento institucional do Instituto Votorantim.

Assim, para reverter esse cenário, uma das propostas é colocar sociedade civil, universidades e legisladores trabalhando juntos para jogar luz na questão, ou seja, tratar do debate público em plataformas online, dos limites do poder de censura do Estado e até desenvolver uma legislação mais adequada, nos moldes do Marco Civil da Internet. Outra proposta é avançar com as práticas deliberativas, em que um público diverso e bem-informado pode ponderar sobre os méritos de uma questão para chegar a julgamentos equilibrados.





Considerações Finais

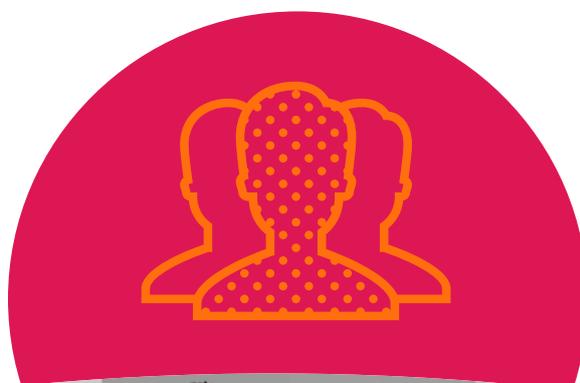
O conteúdo aqui apresentado partiu, como já registrado, da identificação de objetivos comuns, dentre os quais o objetivo central de alcançar uma cultura democrática mais forte no Brasil, trabalhando coletivamente.

A jornada de múltiplas vozes percorrida até aqui – mas, de modo algum, concluída – permitiu a identificação de dinâmicas que afetam negativa ou positivamente a cultura democrática brasileira de forma estrutural. Com isso, levou ao desenho de um Mapa Sistêmico que oferece a oportunidade para refletirmos: como podemos contribuir para o longo processo de reversão dessas dinâmicas, de forma a trazer mudanças sociais duradouras positivas para o País? Quais as oportunidades identificadas, e como podemos criar conexões sociais para aproveitá-las da melhor forma possível?

Diante da constatação de que são inúmeros os desafios, mas é possível a transformação, foi feito um primeiro exercício de pensar caminhos favorecedores da mudança, oportunidades com maiores chances de promover mudanças estruturais, sistematizadas nas hipóteses de alavancas apresentadas.

No entanto, ao possibilitar a reflexão sobre os padrões mais profundos que predominam no sistema, os conteúdos aqui trazidos podem oferecer um terreno fértil para que mais vozes possam fazer parte desse debate, assim como, ao propor caminhos com clareza de onde se quer chegar mas sem ter, neste momento, detalhados todos os obstáculos a serem transpostos até lá, as hipóteses de alavancas convidam à participação de mais olhares, e mãos, que possam ir, na jornada que agora começa, vislumbrando novos horizontes e construindo novas pontes.

Assim, longe de colocar um ponto final nas discussões, faz-se um convite para a construção de mudanças estruturais positivas para a democracia brasileira. Nosso desejo é que estas reflexões permanecem vivas e que possam incluir cada vez mais vozes e perspectivas.





Referências

- ADORNO, T. A Indústria Cultural. In: COHN, G. (Ed.). . Sociologia. São Paulo, Brasil: Ática, 1986. p. 92–99.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. São Paulo, Brasil: Zahar Editores, 1985.
- ALMEIDA, R. E. DE. Juventudes e cultura democrática na megalópole: um olhar compreensivo a partir do Índice de Democracia Local (IDL) da cidade de São Paulo. In: MORAES, D.; DANTAS, H. (Eds.). . Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo. Curitiba, Brasil: Instituto Sivis, 2020. .
- ALMOND, G. A. The Intellectual History of the Civic Culture Concept. In: ALMOND, G. A.; VERBA, S. (Eds.). . The Civic Culture Revisited. Newbury Park, United States: SAGE Publications Ltd, 1989. p. 1–36.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. 3rd. ed. Newbury Park, USA: SAGE Publications Inc, 1989.
- ANDERSEN, T. B.; JENSEN, P. S. Preaching democracy: The second Vatican council and the third wave. *Journal of Comparative Economics*, p. 1–16, 2019.
- ARISTÓTELES. Política. 3a ed. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2006.
- BANDUCCI, S.; DONOVAN, T.; KARP, J. Minority Representation, Empowerment, and Participation. *The Journal of Politics*, v. 66, n. 2, p. 534–556, 2004.
- BAPTISTA, É. Corrupção e opinião pública: O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98–104, 2001.
- _____. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 83–108, 2003.
- BARBOSA, L.; CARVALHO, E. O Supremo Tribunal Federal como a rainha do jogo de xadrez: fragmentação partidária e empoderamento judicial no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 73, p. 1–22, 2020.
- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. São Paulo, Brasil: Zahar, 2001.
- BERRY, H. L. et al. The case for systems thinking about climate change and mental health. *Nature Climate Change*, v. 8, n. 4, p. 282–290, 2018.
- BID. The Key to Social Cohesion and Growth in Latin America and the Caribbean. [s.l.: s.n.].
- BIRNEY, A. Systems practices — what might these be? Disponível em: <<https://medium.com/school-of-system-change/systems-practices-what-might-these-be-ff998d6b15a3>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BÖCKENFÖRDE, E.-W. Estado de Direito e Democracia. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Adesão à democracia e educação escolar no Brasil (1989–2018): Considerações a partir das teorias da legitimidade política. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. 1–22, 2021.
- BORGES, A. Razões da Fragmentação: Coligações e Estratégias Partidárias na Presença de Eleições Majoritárias e Proporcionais Simultâneas. [s.l.: s.n.]. v. 62
- BRINKERHOFF, D. W.; JACOBSTEIN, D. Systems Thinking and Institutional Performance: Retrospect and Prospect on USAID Policy and Practice. [s.l.: s.n.].
- CALDERÓN, F.; CASTELLS, M. A Nova América Latina. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2021.
- CARREIRÃO, Y. DE S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14, p. 255–295, 2014.
- CARVALHO, H. C.; ISABELLA, G.; MAZZON, J. A. Thresholds are everywhere: A systems approach to public policy. *BAR – Brazilian Administration Review*, v. 16, n. 3, p. 1–23, 2019.
- CARVALHO, J. M. DE. Cidadania no Brasil: O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CASTRO, H.; CAPISTRANO, D.; CASTILLO, S. Valores morais e de autoexpressão: pós materialismo em/na crise? *Revista USP*, v. 1, n. 131, p. 33–46, 2021.
- CLAASSEN, C. Does Public Support Help Democracy Survive? *American Journal of Political Science*, v. 64, n. 1, p. 118–134, 2020.
- CUNHA, F. W. DA. Democracia e Cultura: a teoria do Estado e os pressupostos da ação política. 2a ed. Rio de Janeiro, Brasil: Forense, 1973.
- DAHL, R. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo, Brasil: EDUSP, 1997.
- DIAMOND, L. Introduction: Political Culture and Democracy. In: DIAMOND, L. (Ed.). . Political Culture and Democracy in Developing Countries. Boulder, Colorado: Lynne Rienner, 1994. p. 1–28.
- _____. O Espírito da Democracia. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. A qualidade da democracia. In: DIAMOND, L. (Ed.). . Para Entender a Democracia. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2017. p. 473.

- EHRlichman, D. Identifying Leverage Points in a System. Disponível em: <<https://medium.com/convergence-perspectives/identifying-leverage-points-in-a-system-3b917f70ab13#:~:text=Leverage points are places in,creating lasting change%2C creating positive>>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- ESCÓCIA. National Performance Framework. Disponível em: <<https://nationalperformance.gov.scot/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- EVANS, P. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, USA: Princeton University Press, 1995.
- FAORO, R. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. [s.l.] Biblioteca Azul, 2012.
- FERRARA, E. LA; CHONG, A.; DURYEY, S. Soap operas and fertility: Evidence from Brazil. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 4, n. 4, p. 1–31, 2012.
- FINKEL, S. E. Can democracy be taught? *Journal of Democracy*, v. 14, n. 4, p. 137–151, 2003.
- FINKEL, S.; LIM, J. The supply and demand model of civic education: evidence from a field experiment in the Democratic Republic of Congo. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 970–991, 2021.
- FINKEL, S.; SMITH, A. E. Civic Education, Political Discussion, and the Social Transmission of Democratic Knowledge and Values in a New Democracy: Kenya 2002. *American Journal of Political Science*, v. 55, n. 2, p. 417–435, 2011.
- FISHKIN, J. *Quando o Povo Fala*. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2015.
- _____. Is Deliberation an Antidote to Extreme Partisan Polarization? Reflections on “ America in One Room ”. *American Political Science Review*, v. 115, n. 4, p. 1464–1481, 2021.
- FOA, R. et al. *Youth and Satisfaction with Democracy*. Cambridge, UK: [s.n.].
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Signs of Deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 1, p. 5–15, 2017.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; DAVID, F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 199–219, 2016.
- GIBSON, J. Political intolerance in the context of democratic theory. In: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H.–D. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007. p. 1–21.
- GRAHAM, M.; SVOLIK, M. Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States. *American Political Science Review*, v. 114, n. 2, p. 392–409, 2020.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira, 1988.
- GROSSI, A.; DINKU, T. Enhancing national climate services: How systems thinking can accelerate locally led adaptation. *One Earth*, v. 5, n. 1, p. 74–83, 2022.
- HABERMAS, J. *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, USA: MIT Press, 1998.
- HOGAN, M. J. et al. Consulting with Citizens in the Design of Wellbeing Measures and Policies: Lessons from a Systems Science Application. *Social Indicators Research*, v. 123, n. 3, p. 857–877, 2014.
- HOSKINS, B.; SAISANA, M.; VILLALBA, C. M. H. Civic Competence of Youth in Europe: Measuring Cross National Variation Through the Creation of a Composite Indicator. *Social Indicators Research*, v. 123, n. 2, p. 431–457, 2015.
- IBGE. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2016*. Rio de Janeiro, Brasil: [s.n.].
- IIASA. The Institute. Disponível em: <<https://iiasa.ac.at/about-iiasa/institute>>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- INGLEHART, R. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton, USA: Princeton University Press, 2016.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo, Brasil: Editora Francis, 2009.
- INSTITUTO SIVIS. *Índice de Democracia Local – São Paulo*. p. 56, 2019.
- INTERNATIONAL IDEA. *The Global State of Democracy 2021: Building Resilience in a Pandemic Era*. Stockholm, Sweden: International IDEA, 2021.
- IPEA. *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*. Brasília, Brasil: [s.n.].
- ISSS. International Society for the Systems Sciences (ISSS). Disponível em: <<https://www.iss.org/about-iss/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- JONES, J. *Entertaining Politics: New Political Television and Civic Culture*. New York, USA: Rowman & Littlefield, 2005.
- KELLNER, D. *Television And The Crisis Of Democracy*. Abingdon, UK: Taylor & Francis, 1990.
- KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23–40, 2004.
- KURLAND, P.; LERNER, R. (EDS.). *The Founders’ Constitution*. Chicago, USA: Chicago University Press, 1987.

- KYMLICKA, W. *Multicultural Citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1995.
- LAMARI, R.; THIMOTEO, F. Educação para a Democracia :as experiências das escolas do parlamento de Itapevi e São Paulo. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 97–107, 2018.
- LANDES, D. *The Wealth and Poverty of Nations*. New York, USA: W. W. Norton & Company, 1999.
- LAU, E. et al. Public sector innovation: adapting institutions to systems thinking. In: *Systemic Thinking for Policy Making – the Potential of Systems Analysis for Addressing Global Policy Challenges in the 21st Century*. [s.l.] OCDE, 2019. .
- LAZER, D. M. J. et al. The science of fake news. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1094–1096, 2018.
- LEE, H. The Korean Wave as a source of implicit cultural policy : Making of a neoliberal subjectivity in a Korean style. v. 24, n. 3, p. 521–537, 2021.
- LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U.; COOK, J. Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the “Post-Truth” Era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 6, n. 4, p. 353–369, 2017.
- LIST, F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo, Brasil: Abril Cultural, 1989.
- LUMINATE. *Juventudes e Democracia na América Latina*. London, UK: [s.n.].
- MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Redwood City, USA: Stanford University Press, 1999.
- MAISUWONG, W. The promotion of American culture through Hollywood movies to the world. *International Journal of Engineering Research and Technology (IJERT)*, v. 1, n. 4, p. 1–7, 2012.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores, 1968. p. 69–94.
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. (Ed.). . *Mannheim*. São Paulo, Brasil: Ática, 1982. p. 65–95.
- MARITAIN, J. *O Homem e o Estado*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Agir, 1956.
- _____. *Cristianismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Agir, 1957.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores, 1967.
- MAY, L. *The Big Tomorrow: Hollywood and the Politics of the American Way*. Chicago, USA: The University of Chicago Press, 2000.
- MCCHESENEY, R. *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*. New York, USA: The New Press, 2000.
- MCCOY, J.; RAHMAN, T.; SOMER, M. Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Politics. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, p. 16–42, 2018.
- MILL, J. S. *Considerações sobre o governo representativo*. São Paulo, Brasil: Ibrasa, 1964.
- MOISÉS, J. Á. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 4, n. 65, p. 71–94, 2005.
- _____. *Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11–41, 2008.
- _____. *Civic Culture*. In: BADIE, B.; BERG-SCHLOSSER, D.; MORLINO, L. (Eds.). . *International Encyclopedia of Political Science*. Thousand Oaks, USA: SAGE Publications Inc, 2011. p. 243–248.
- _____. *Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo*. In: MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (Eds.). . *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo, Brasil: EDUSP, 2013. p. 203–238.
- MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 1–42, 2008.
- MOISÉS, J. Á.; WEFFORT, F. *Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Konrad Adenauer, 2020.
- MORAES, D.; KEMER, T. *Conceituando a democracia local*. In: MORAES, D.; DANTAS, H. (Eds.). . *Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo*. Curitiba, Brasil: Instituto Sivos, 2020. .
- MORAES, D.; MOISÉS, J. Á. Sobre a fragilidade da democracia brasileira diante da crise do coronavírus. *Revista USP*, v. 1, n. 131, p. 121–138, 2021.
- MOROZOV, E. *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo, Brasil: Ubu Editora, 2018.
- MOUNK, Y. *The People vs. Democracy – Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It*. [s.l.] Harvard University Press, 2018.
- MUSSE, R. *Cultura e sociedade na primeira Teoria Crítica*. *Tempo Social*, v. 33, n. 2, p. 267–288, 2021.

- NOGUEIRA, M. A. Representação, crise e mal-estar institucional. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 91–111, 2014.
- NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Cancel Culture: Myth or Reality?* *Political Studies*, 2021.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Sacred and Secular: religion and politics worldwide*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.
- NUNES LEAL, V. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2012.
- OECD. *Measuring the Effects of Education on Health and Civic Engagement* (R. Desjardins & T. Schuller, Eds.) Copenhagen Symposium. *Anais...* Paris, France: OECD Publishing, 2006
- _____. *Eight ways to institutionalise deliberative democracy*. Paris, France: [s.n.].
- OMIDYAR GROUP. *Systems Practice Workbook*. p. 94, 2017.
- OMUKUTI, J. et al. Systems thinking in COVID-19 recovery is urgently needed to deliver sustainable development for women and girls. *The Lancet Planetary Health*, v. 5, n. 12, p. e921–e928, 2021.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira - cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo, Brasil: Brasiliense, 1988.
- OXFAM. *Democracia Inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo, Brasil: [s.n.].
- PARK, K. *The Growth of Cultural Industry and the Role of Government: the Case of Korea*. [s.l.] Massachusetts Institute of Technology, 2008.
- PEARCE, J. Perverse state formation and securitized democracy in Latin America. *Democratization*, v. 17, n. 2, p. 286–306, 2010.
- PIKETTY, T. *Capital e Ideologia*. Rio de Janeiro, Brasil: Intrínseca, 2020.
- POSTMAN, N. *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*. London, UK: Penguin Books, 2005.
- PUTNAM, R. *Jogando Boliche Sozinho: Colapso e Ressurgimento da Coletividade Americana*. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2015.
- _____. *The Upswing: How America Came Together a Century Ago and How We Can Do It Again*. New York, USA: Simon & Schuster, 2020.
- RAMOS, G. et al. *Systemic Thinking for Policy Making - the Potential of Systems Analysis for Addressing Global Policy Challenges in the 21st Century* OCDE. [s.l.: s.n.].
- RATHJE, S.; BAVEL, J. J. VAN; LINDEN, S. VAN DER. Out-group animosity drives engagement on social media. *PNAS*, v. 118, n. 26, p. 1–9, 2021.
- REBELLO, M. A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54, p. 69–90, 2015.
- RHODES, S. Filter Bubbles, Echo Chambers, and Fake News: How Social Media Conditions Individuals to Be Less Critical of Political Misinformation. *Political Communication*, v. 39, n. 1, p. 1–22, 2022.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; FUKS, M. Contexto Democrático, Escolaridade e Tolerância Política na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 8, n. 1, p. 11–39, 2019.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J.; OKADO, L. Valores emancipatórios, personalidade e a pandemia de covid-19. *Revista USP*, v. 131, p. 13–32, 2021.
- RIDENTI, M. A indústria cultural brasileira na formulação de Renato Ortiz. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 54, n. 2, p. 156–160, 2018.
- RODRIGUEZ, F. S.; KOMENDANTOVA, N. *Approaches to Participatory Policymaking Processes: Technical Report*. Viena: [s.n.]. Disponível em: <<http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/17911/>>.
- ROGERS, E. *Diffusion of Innovations*. 3rd. ed. New York, USA: The Free Press, 1983.
- ROYCHOUDHURY, A. et al. The Need to Introduce System Thinking in Teaching Climate Change. *Science Educator*, v. 25, n. 2, p. 73–81, 2017.
- SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. DE M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 1, p. 107–115, 2003.
- SCHWARCZ, L. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SHAKED, H.; SCHECHTER, C. Definitions and Development of Systems Thinking. In: *Systems Thinking for School Leaders: Holistic Leadership for Excellence in Education*. [s.l.: s.n.]. p. 1–22.
- SHOMER, Y.; PUT, G.-J.; GEDALYA-LAVY, E. Intra-Party Politics and Public Opinion: How Candidate Selection Processes Affect Citizens' Satisfaction with Democracy. *Political Behavior*, v. 38, p. 509–534, 2016.
- _____. Does intra-party democracy affect levels of trust in parties? The cases of Belgium and Israel. *Acta Política*, v. 53, p. 167–183, 2018.

- SIGMUND, P. Christian Democracy, Liberation Theology, and Political Culture in Latin America. In: DIAMOND, L. (Ed.). . Political Culture and Democracy in Developing Countries. Boulder, USA: Lynne Rienner, 1994. p. 221–228.
- SILVA, D. R. D. M.; MONT'ALVERNE, C. Identifying impacts of covid-19 mixed-method pandemic approach on vulnerable populations: A mixed-methods approach. *Survey Research Methods*, v. 14, n. 2, p. 141–145, 2020.
- SISK, T. et al. Democracia em Nível Local: manual de participação, representação, gestão de conflito e governança do International IDEA. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2015.
- SIVIS. Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo. [s.l.: s.n.].
- _____. Relatório Valores em Crise: Terceira Onda 2021. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://sivis.org.br/wp-content/uploads/2021/12/RelatorioValoresEmCriseTerceiraOnda_rev02-1.pdf>.
- SMITH, A. E. Democratic Talk in Church: Religion and Political Socialization in the Context of Urban Inequality. *World Development*, v. 99, p. 441–451, 2017.
- _____. Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.
- STRIJBOS, S. Systems Thinking. In: FRODEMAN, R. (Ed.). . The Oxford Handbook of Interdisciplinarity. 2 ed. (Onli ed. [s.l.: s.n.]. p. 1–16.
- TAAGEPERA, R. Effective Number of Parties for Incomplete Data. *Electoral Studies*, v. 16, n. 2, p. 145–151, 1997.
- THE OMIDYAR GROUP. Systems Practice. Redwood City, USA: The Omidyar Group, 2017.
- TOCQUEVILLE, A. DE. Da Democracia Na América. [s.l.] Vide Editorial, 2019.
- TOURAINÉ, A. O que é a democracia? Petrópolis, Brasil: Vozes, 1996.
- TREVIÑO, E. et al. Influence of teachers and schools on students' civic outcomes in Latin America. *Journal of Educational Research*, v. 110, n. 6, p. 604–618, 2017.
- UBA, K.; BOSI, L. Explaining youth radicalism as a positioning of the self at opposite extremes. *Politics*, v. 42, n. 1, p. 128–145, 2022.
- UNICEF. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- V-DEM. Democracy Report 2022: Autocratization Changing Nature? Gothenburg, Sweden: [s.n.].
- WARNER, J. Politics and Entertainment: Civic Catastrophe or Democratic Possibility? *New Political Science*, v. 28, n. 3, p. 431–436, 2006.
- WELZEL, C. Freedom Rising: human empowerment and the quest for emancipation. New York, USA: Cambridge University Press, 2013.
- WHO. Systems thinking for health systems strengthening. [s.l.: s.n.].
- YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, v. 1, n. 67, p. 139–190, 2006.
- ZIEBA, K. How can systems thinking help us in the COVID-19 crisis? *Knowledge and Process Management*, n. March, p. 1–10, 2021.
- ZOONEN, L. VAN. Entertaining the Citizen: When Politics and Popular Culture Converge. New York, USA: Rowman & Littlefield, 2005.



Glossário

Abordagem de cidadania passiva:

Pertencimento do cidadão à comunidade política apenas enquanto sujeito que goza de direitos ou de vantagens concedidas pelo Estado em caráter de tutela ou favor.

Ambiente online de pós-verdade:

Dificuldade de separação entre o que é fato e o que é opinião no ambiente online devido a um grande fluxo de informações que se espalham na internet sobre os mais variados assuntos.

Ambiente propício ao exercício da

cidadania: Ambiente que crie condições de valorização da cultura democrática, aqui entendida como um conjunto de práticas e valores que incentiva as pessoas a assumir responsabilidade conjunta pelo bem comum, com respeito à liberdade e à igual dignidade de cada membro da sociedade.

Aplicação das regras do Estado

Democrático de Direito: Cumprimento das regras básicas do Estado de Direito com justiça e igualdade para todos.

Aprofundamento das crises de diversas

naturezas: Crises como as econômicas, sanitárias, ambientais e institucionais que se aprofundam e causam danos muito maiores do que se tivessem sido enfrentadas de maneira adequada pelo Poder Público e pela sociedade.

Barreiras de acesso ao jogo democrático:

Barreiras institucionais e sociais que dificultam ou impedem o acesso à democracia, como a falta de canais ou de conhecimento para usufruir de um determinado direito.

Captura do Estado por interesses

privados: Uso da máquina pública para fins que não sejam o bem comum e o interesse da coletividade.

Colaboração entre movimentos, organizações e instituições políticas:

Trabalho em conjunto entre diversos atores sociais com vistas a aprimorar o regime democrático.

Compreensão e satisfação com a democracia e o que ela entrega:

Entendimento correto sobre o que constitui um regime democrático e sobre quais são suas atribuições básicas, bem como uma satisfação com este potencial de entrega da democracia quando bem compreendido.

Concentração de poder político e

econômico: Acúmulo do poder político e econômico nas mãos de poucos grupos ou indivíduos.

Conexão entre os cidadãos e a política:

Percepção entre os cidadãos de que a política é algo próximo de seu cotidiano e que é uma ferramenta fundamental do regime democrático para o enfrentamento de desafios coletivos e a busca do bem comum.

Confiança interpessoal:

Percepção de que a maioria das pessoas seriam justas umas com as outras e não tirariam vantagem em situações oportunas.

Consolidação de direitos e melhorias de regras da democracia:

Autoaperfeiçoamento da democracia por meio de procedimentos, políticas e instituições que corrijam falhas e distorções observadas ao longo do processo político.

Controle social do governo e de políticas

públicas: Acompanhamento e cobrança do governo e dos representantes por parte da sociedade em relação a suas atuações e às políticas públicas que propõem e executam.

Desconfiança das instituições

democráticas: Instituições básicas da democracia representativa, como o Congresso ou os partidos políticos, são vistas com desconfiança pelos cidadãos.

Desigualdades e injustiças sociais:

Existência de desigualdades socioeconômicas extremas e de injustiças cometidas em decorrência de tais desigualdades.

Desvalorização do diálogo: Percepção de que o diálogo não é uma ferramenta importante para a resolução dos conflitos sociais e para o bom convívio em sociedade.

Diálogo entre partidos e sociedade:

Capacidade de interlocução entre os partidos e as demandas e anseios manifestados na sociedade, de modo que eles se mostrem responsivos em seus programas e candidaturas frente às preocupações dos cidadãos.

Difusão e prática dos saberes sobre

democracia: Processo de construção de conhecimentos sobre a democracia que contempla tanto espaços formais de ensino quanto os demais contextos de prática cotidiana da vida social e política de todas as pessoas.

Disposição de atores privados para fortalecer valores democráticos:

Inclinação das organizações privadas, como empresas, grupos de investidores ou ONGs, a fim de contribuir para a manutenção e o aperfeiçoamento da democracia no país.

Espaço cívico: Conjunto de condições jurídicas, políticas, institucionais e práticas necessárias para que atores não-governamentais tenham acesso à informação, se expressem, se associem, se organizem e participem da vida pública.

Enfraquecimento do jornalismo profissional e da imprensa tradicional:

Diminuição das forças do jornalismo exercido por profissionais e das mídias de comunicação tradicionais, como rádio e TV, tipicamente em prol de novos atores do mundo virtual, tais como os influenciadores digitais e as mídias sociais online.

Engajamento com conteúdo intolerante e

desinformativo: Engajamento dos usuários com conteúdo polarizante por meio de uma exposição seletiva dos indivíduos a visões de mundo congruentes com as suas próprias no ambiente digital, mas também impulsionado pelos algoritmos das mídias sociais online.

Enraizamento de valores democráticos:

Valores essenciais da democracia, como a tolerância ou a confiança, incorporados nas atitudes e comportamentos do dia a dia.

Fidelização de grupos radicais em

bolhas: Agregação de indivíduos em grupos específicos que repercutem e radicalizam ainda mais as suas ideias já pré-concebidas, gerando um sentimento tribal de pertencimento e uma visão do “nós contra eles”.

Fragilização dos freios e contrapesos e da separação de poderes:

Conflitos e hostilidade na relação entre as instituições democráticas nacionais.

Ineficácia cidadã: Sentimento dos cidadãos de que, por um lado, não são capazes ou competentes o bastante para influenciar na política, e, por outro, de que os políticos e a política como um todo tem pouco interesse ou impacto significativo na sua vida concretamente.

Impunidade e corrupção sistêmica: Ambiente de condescendência em relação a práticas de corrupção nos mais diversos níveis da sociedade.

Instituições e valores da democracia colocados em xeque: Questionamento das bases institucionais e valorativas da democracia por uma população descontente com os seus resultados.

Intolerância em atos e discursos: Manifestação de aversão extremada em relação a determinadas ideias ou bandeiras, de modo que a única saída proposta é a sua exclusão do debate público.

Isolamento dos partidos políticos: Fechamento dos partidos para participações mais plurais e inclusivas em seus processos de decisão, como, por exemplo, na escolha de candidatos ou no desenho de programas partidários.

Liberdade de expressão e de imprensa: Garantia constitucional da liberdade de expressão e de imprensa, necessária para manter os valores democráticos do país e o diálogo entre as ideias.

Mau funcionamento das instituições democráticas: Instituições democráticas não operam de acordo com a finalidade de defender o bem comum e o interesse da coletividade.

Participação em espaços democráticos: Ato de participar de espaços abertos ao debate democrático, tanto aqueles mais convencionais (eleições, partidos políticos, audiências públicas, conselhos municipais etc.) quanto aqueles menos convencionais (associações, movimentos sociais, manifestações etc.).

Participação em partidos: Ato de participar da vida partidária em algum grau, seja como liderança, candidato, cabo eleitoral, filiado ou mesmo alguém que acompanha de perto a atuação de algum partido específico com o qual se identifica.

Pluralismo ideológico e abertura ao contraditório: Diversidade no campo das ideias e aceitação do direito de existência e manifestação de visões de mundo que se contraponham umas às outras.

Políticas públicas de qualidade e aplicação isonômica da lei: Implementação de políticas públicas de alta qualidade e aplicação da lei de maneira igual e imparcial entre as pessoas.

Precarização da administração pública: Diminuição na qualidade e na eficácia dos órgãos públicos e da burocracia estatal no cumprimento do seu papel de garantir racionalidade e impessoalidade ao Estado.

Produção e difusão de conteúdos radicais e desinformativos: Criação e disseminação de textos, imagens, áudios ou vídeos com conteúdo que tenha a finalidade de extremar a polarização política e confundir a opinião pública por meio de informações incompletas, fora de contexto ou mesmo falsas.

Representatividade política: Expressão dos interesses dos diversos grupos sociais na figura dos representantes empossados em cargos eletivos.

Retorno financeiro para as Big Techs:

Ganho econômico das grandes empresas de tecnologia da informação e comunicação, especialmente aquelas que operam mídias sociais online, por meio do engajamento dos usuários.

Solidariedade e cooperação social em associações, movimentos e grupos sociais:

Preocupação com o bem-estar coletivo e disposição para engajar colaborativamente entre os diversos atores da sociedade civil.

Subutilização de mecanismos

democráticos: Baixo uso dos instrumentos e mecanismos democráticos para a governança e a resolução de desafios coletivos.

INSTITUTO VOTORANTIM

Rua Jerônimo da Veiga, 164 6º andar
04536-900 – São Paulo – SP
www.institutovotorantim.org.br

[institutovotorantim](#) 

[company/institutovotorantim](#) 

[institutovotorantim](#) 

programacidadania.org.br 

INSTITUTO SIVIS

Rua Maurício Caillet, 47
80250-110 – Curitiba – PR
www.sivis.org.br

[InstitutoSivis](#) 

[company/institutosivis](#) 

[institutosivis](#) 